Cláudio Castro: fé, bala e capital
a legitimação da barbárie na Chacina da Penha

A ascensão de Cláudio Castro ao governo do Estado do Rio de Janeiro constitui um fenômeno de relevância singular para compreender o estágio atual do conservadorismo brasileiro e a reconfiguração contemporânea do Estado burguês em contexto de crise estrutural do capital. Não me refiro à sua importância enquanto político, mas seu papel na máquina do poder. Politicamente, Castro é nada mais que um político vulgar, sem qualquer destaque ou relevância social, representando apenas a continuidade de um projeto devastador. Sua trajetória e a orientação de seu governo expressam, de forma concentrada, tendências que atravessam o país: a fusão entre religião e política, a centralidade do aparato repressivo como eixo de governabilidade e a naturalização do autoritarismo como resposta à decomposição social.

O ponto de partida dessa análise exige reconhecer que o Rio de Janeiro, historicamente, ocupa uma posição peculiar na formação social brasileira. A cidade sempre funcionou como espelho concentrado das contradições nacionais: um espaço onde a modernidade e a barbárie coexistem de modo visceral. Desde o século XVIII, sua condição de porto estratégico e sede administrativa da colônia transformou-a no principal elo entre o mundo colonial e o circuito mercantil internacional. O Rio não foi apenas capital política, mas o centro nervoso de um sistema de extração e circulação de riquezas fundado na escravidão. Nela se cruzavam os fluxos da mercadoria, do capital e da carne humana. A urbanização fluminense nasceu sob o signo do tráfico negreiro, e sua paisagem social foi moldada pela presença massiva da população escravizada, pela hierarquia racial e pela violência cotidiana. Essa estrutura de poder, ancorada na exploração e no controle dos corpos, impregnou as formas posteriores de dominação e permanece como substrato invisível da vida política e policial da cidade. Essa condição moldou uma estrutura social profundamente hierarquizada, na qual a violência estatal constituiu o principal instrumento de regulação das relações entre as classes. A escravidão urbana, as forças de segurança e o controle territorial das camadas subalternas criaram um padrão de dominação que se atualiza, com diferentes roupagens, ao longo dos séculos. No século XXI, o Rio converte-se novamente em laboratório de experimentação política: um espaço onde se testam formas de gestão da pobreza e de administração do medo.

A biografia política de Cláudio Castro deve ser compreendida dentro desse contexto. Nascido em 1979, formou-se no interior da Renovação Carismática Católica, movimento que desde os anos 1980 vem assumindo crescente influência na vida pública brasileira. A Renovação constitui um tipo de religiosidade alinhado ao individualismo neoliberal: substitui a crítica social pela moralização da conduta e transforma a fé em instrumento de autoajuda e empreendedorismo espiritual. A Renovação Carismática Católica surgiu no final da década de 1960, nos Estados Unidos, como um desdobramento interno do catolicismo diante da expansão do pentecostalismo e da crise das instituições religiosas tradicionais. Em 1967, um grupo de estudantes da Universidade de Duquesne, em Pittsburgh, afirmou ter vivido uma experiência direta com o "Batismo no Espírito Santo", fenômeno que desencadeou a difusão de práticas de oração em línguas, cura e louvor espontâneo. Rapidamente, o movimento se expandiu pela América Latina, chegando ao Brasil em 1969, quando padres e leigos de Campinas organizaram os primeiros grupos de oração carismáticos. Desde então, a RCC consolidou-se como uma das principais forças de renovação religiosa dentro da Igreja Católica, reorganizando seu modo de inserção no mundo moderno.

No entanto, a "renovação" que propõe não diz respeito à crítica das estruturas sociais, mas à intensificação da experiência individual de fé. A ênfase no "encontro pessoal com Deus", na cura espiritual e na libertação interior desloca a religião da esfera coletiva e histórica para o campo da subjetividade e da moralidade privada. Sob a aparência de fervor popular, a RCC realiza uma profunda adequação do catolicismo à lógica neoliberal: substitui a solidariedade de classe pela fraternidade emocional, a crítica social pela autoajuda espiritual, o sofrimento histórico pela culpa pessoal. Em vez de questionar as causas da miséria, ensina a suportá-la com resignação e disciplina. Sua liturgia espetacular — marcada pela música, pelo êxtase e pela emoção — transforma a fé em mercadoria simbólica, ajustando a religião ao mercado da experiência e à indústria cultural. Trata-se de uma pedagogia da adaptação: ensina o fiel a obedecer, a competir, a vencer espiritualmente no mesmo mundo que o oprime materialmente. Essa religiosidade emocional, que moldou gerações de jovens católicos nas últimas décadas, produziu um tipo de subjetividade dócil e empreendedora, ideal para a nova forma de dominação que combina fé e capital. É nesse caldo cultural que se forma Cláudio Castro, um político cuja trajetória sintetiza a conversão da espiritualidade em instrumento de poder.

O ingresso de Castro nesse universo corresponde à formação de uma subjetividade disciplinada e adaptada à ordem. Sua atuação inicial como músico em comunidades católicas revela essa pedagogia: a política é convertida em liturgia, o coletivo é dissolvido na ideia de salvação pessoal. A passagem para a vida institucional ocorre de modo gradual. Castro inicia-se na política como assessor e chefe de gabinete de parlamentares ligados ao Partido Social Cristão (PSC), legenda que se caracteriza pela defesa de pautas morais e pelo trânsito entre o conservadorismo católico e o pentecostalismo evangélico. Em 2016, elege-se vereador pelo PSC e, dois anos depois, compõe a chapa de Wilson Witzel como vice-governador. Essa ascensão coincide com a hegemonia do bolsonarismo e com a expansão de um campo político unificado por três elementos fundamentais: a deslegitimação da esquerda institucional, o moralismo religioso como linguagem popular de mobilização e a militarização das políticas públicas. Castro herda esse tripé e o consolida.

A trajetória de Witzel, ex-juiz federal que assumiu o governo com discurso de extermínio ("atirar na cabeça"), foi interrompida por denúncias de corrupção e disputas internas no bloco de poder. Sua ascensão ao governo do Rio, em 2018 foi expressão local da onda reacionária que atravessou o país. A figura do ex-magistrado emergiu como produto direto do colapso do sistema político tradicional e da legitimação midiática da "guerra contra o crime" e da "guerra contra a corrupção". O capital político que o sustentou veio da fusão entre o moralismo punitivista e o ressentimento social, catalisados pelo bolsonarismo. Witzel representava a crença de que a violência de Estado poderia restaurar a ordem perdida; encarnava o juiz-justiceiro que, vindo das fileiras do sistema judicial, prometia aplicar ao governo a mesma lógica de sentença e castigo que marcara a Operação Lava Jato. Seu triunfo eleitoral simbolizou o deslocamento da autoridade civil para a autoridade policial-jurídica; o governo como tribunal, o povo como réu. O Rio de Janeiro, historicamente terreno fértil para a retórica da "mão dura", tornou-se o laboratório dessa política de extermínio legitimada pela fé na punição e pela espetacularização da violência. A ascensão de Castro à chefia do Executivo estadual, em 2020, significou continuidade.

Ao contrário de Witzel, cuja retórica era agressiva, Castro representa o mesmo projeto em versão administrativamente apaziguada. A mudança de estilo não implicou alteração de conteúdo. O núcleo ideológico – a guerra permanente às favelas, a repressão

como política de Estado e o conservadorismo moral como linguagem de legitimação – manteve-se intacto. O governo Castro deve ser interpretado como desdobramento lógico do processo de desintegração do pacto social-democrata brasileiro. Após a crise de 2014-2016, marcada pelo impeachment de Dilma Rousseff e pela ruptura do arranjo de conciliação que sustentava os governos anteriores, a direita brasileira reorganizou-se em torno de uma agenda de restauração autoritária. O enfraquecimento das mediações políticas, a fragmentação do sistema partidário e o avanço da precarização do trabalho criaram condições para o predomínio de uma racionalidade securitária e moralizante. O Estado, esvaziado de sua função social, voltou-se a exercer, de maneira direta, sua função coercitiva. O Rio, por sua composição social e por sua posição simbólica, tornou-se o epicentro dessa transformação.

O caráter religioso do governo Castro é elemento constitutivo de sua legitimidade. Ao se apresentar como homem de fé, ele mobiliza um ethos conservador que naturaliza a desigualdade e converte o sofrimento social em questão de mérito ou culpa individual. O discurso religioso fornece a linguagem através da qual a violência de Estado é justificada: a polícia aparece como instrumento de "purificação" do mal, as operações letais como atos necessários para restabelecer a ordem moral. Trata-se de uma reconfiguração ideológica na qual a repressão assume estatuto ético. Essa religiosidade de massas cumpre, portanto, função política. No contexto de esgotamento das promessas de ascensão social e de destruição dos direitos trabalhistas, a fé surge como substituto simbólico da cidadania. A religião, nesse caso, não se opõe ao mercado, mas o complementa. O Estado, desobrigado de garantir direitos, passa a oferecer conforto espiritual. O governante torna-se uma espécie de mediador entre a fé e a gestão, legitimando políticas de austeridade e repressão sob a retórica da responsabilidade moral. O neoliberalismo, em sua fase avançada, incorpora a religião como dispositivo de controle subjetivo.

A política de segurança pública implementada sob sua gestão explicita essa lógica. As operações policiais em favelas e periferias atingiram, no período recente, níveis recordes de letalidade, com grande repercussão nacional e internacional. A "Operação Contenção", deflagrada em 2025 nos complexos da Penha e do Alemão, sintetiza a política de Estado baseada no extermínio de populações racializadas. O governo justifica tais ações sob o argumento de combate ao tráfico, mas os dados indicam uma estratégia

de militarização permanente do território. A repressão deixa de ser resposta a episódios de violência e passa a constituir a própria forma de presença do Estado em determinadas áreas. O objetivo subjacente não é eliminar o crime, mas manter a guerra. A guerra, neste caso, cumpre função de coesão social: ela cria um inimigo interno que unifica os setores médios, fornece legitimidade ao aparato repressivo e reafirma a hierarquia racial e de classe. Essa dinâmica revela a continuidade histórica entre a escravidão e o Estado penal contemporâneo. A violência seletiva é a tradução moderna do velho princípio de dominação que estrutura a formação brasileira. Ao deslocar o foco da política social para a política de segurança, o governo redefine o sentido da cidadania: o cidadão é aquele que pode ser protegido; o inimigo, aquele que pode ser eliminado.

A legitimidade do governo Castro não se sustenta apenas na força do aparato repressivo ou na manipulação midiática — ela se enraíza num consenso difuso, tecido pela ideologia da segurança e pela naturalização da violência. As pesquisas que apontam ampla aprovação às operações policiais revelam um fenômeno mais profundo que o simples apoio a medidas duras: expressam a adesão a uma forma de vida administrada pela ameaça. A guerra permanente às favelas converte-se em espetáculo moral e pedagógico, no qual as classes médias e parte dos trabalhadores aprendem a reconhecer no Estado armado o guardião da normalidade. Essa adesão, contudo, não nasce de convicção política, mas do desamparo estrutural. A decomposição das relações de trabalho, o isolamento social e a sensação de insegurança generalizada produzem sujeitos fatigados, incapazes de imaginar uma alternativa coletiva. Nessa paisagem, a polícia aparece como encarnação de uma ordem desejada, ainda que imposta pelo medo. A classe média, habituada a se perceber como centro da sociedade, vê na repressão a garantia de seu status vacilante; teme o colapso das fronteiras entre “gente de bem” e “perigo social” e por isso exige a manutenção da distância pela bala. A burguesia, por sua vez, transforma a guerra interna em mercado: lucra com o caos que administra, convertendo a violência em ativo financeiro e espetáculo de governabilidade.

Mas o dado mais inquietante é a participação de segmentos populares nesse consenso. Nas favelas, onde o Estado só chega armado, a promessa de segurança, ainda que ilusória, pode soar como redenção. O medo da violência cotidiana, somado à ausência de alternativas, gera uma adesão ambígua: o oprimido aplaude o opressor porque perdeu a crença na possibilidade de libertação. Trata-se de uma inversão trágica do sentimento

de classe; um momento em que a consciência se dobra sob o peso da sobrevivência e o desejo de ordem substitui o desejo de justiça. O aplauso às viaturas é o sintoma de uma sociabilidade corroída, em que o extermínio torna-se aceitável quando promete estabilidade e Castro soube instrumentalizar essa atmosfera de desespero e ressentimento. Ao apresentar-se como gestor sereno, homem de fé e defensor da segurança, converteu o massacre em prova de eficiência administrativa e de moralidade pública. A violência policial, nesse contexto, opera como política de comunicação: cada operação é um espetáculo de poder que reativa o vínculo entre governo e sociedade. O tiro torna-se linguagem; o sangue, forma de legitimidade. A popularidade de Castro após a chacina da Penha é o efeito lógico de um sistema que aprendeu a governar pela comoção e pelo medo. A adesão social à barbárie revela, assim, o triunfo de uma racionalidade cínica: um Estado incapaz de garantir a vida, mas plenamente capaz de administrar a morte.

A relação entre conservadorismo e neoliberalismo manifesta-se, no caso fluminense, de modo particularmente claro. O Estado enfrenta uma crise fiscal crônica desde meados da década de 2010, agravada pela dependência dos royalties do petróleo e pela desindustrialização. A crise do Estado do Rio de Janeiro é o resultado de um longo processo de esgotamento de seu modelo econômico e político. Desde o início dos anos 2000, o Estado passou a depender crescentemente dos royalties e participações especiais do petróleo, convertendo-se em uma espécie de Estado rentista, sustentado por uma renda volátil e vinculada à exploração de recursos naturais. Essa dependência foi agravada pela desindustrialização e pela financeirização das atividades urbanas, que reduziram drasticamente a base produtiva e a arrecadação tributária. Quando o preço do barril despencou em 2014 e a Lava Jato atingiu as principais empreiteiras, o modelo desabou. O colapso fiscal foi a expressão imediata de uma crise mais ampla: a falência de uma forma de acumulação baseada na extração de renda e na intermediação político-empresarial. Diante disso, o Rio tornou-se o primeiro estado a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, em 2017, submetendo-se a um programa de austeridade que congelou investimentos, privatizou ativos estratégicos e transformou a dívida pública em eixo de toda a política estadual. O Estado deixou de ser promotor de desenvolvimento e converteu-se em gestor da própria falência. A partir daí, o neoliberalismo assumiu forma de governo permanente, e a repressão tornou-se o instrumento de estabilidade. Cláudio Castro herda e aprofunda esse arranjo: governa um Estado financeiramente tutelado, incapaz de oferecer políticas sociais, mas plenamente funcional para o capital financeiro

e o mercado da segurança. Sua administração combina austeridade fiscal e expansão policial, traduzindo no plano local a síntese contemporânea entre neoliberalismo e autoritarismo moral. O Rio de Janeiro é hoje o laboratório onde se experimenta a forma mais avançada do Estado em crise — aquele que, sem meios para reproduzir a vida, reproduz apenas a morte.

A resposta dos governos tem sido a adoção de políticas de ajuste, privatizações e parcerias público-privadas, acompanhadas da repressão aos movimentos sociais e da criminalização da pobreza. Cláudio Castro aprofunda esse modelo ao combinar austeridade orçamentária e expansão do aparato policial. Enquanto reduz investimentos sociais, amplia os recursos destinados às forças de segurança. A retórica da "ordem" serve para legitimar a gestão da escassez. O Rio de Janeiro, nesse sentido, é a expressão concentrada de um fenômeno nacional: a transformação do Estado em administrador da crise. A incapacidade de promover desenvolvimento econômico converte o governo em gestor da desintegração. A violência deixa de ser um desvio e torna-se instrumento funcional de regulação. As chacinas periódicas, as incursões militares e o encarceramento em massa operam como mecanismos de controle da população excedente, isto é, daquela fração do proletariado que já não é absorvida pelo mercado de trabalho. A repressão é, assim, uma política econômica.

Diferentemente de figuras autoritárias de perfil militar, Castro apresenta-se como político civil moderado, capaz de dialogar com a burguesia financeira, com o clero e com as corporações policiais. Essa convergência define uma nova configuração de poder, na qual o autoritarismo é exercido de forma difusa e institucionalizada, sem necessidade de ruptura formal da ordem democrática. O significado histórico de sua permanência no governo, em um momento de suposta recomposição democrática em nível federal, é revelador. O país vive um duplo movimento: enquanto o Executivo nacional tenta restaurar a normalidade institucional e reabilitar o pacto entre capital e trabalho, governos estaduais como o do Rio consolidam a normalização da exceção. Essa coexistência demonstra a plasticidade do Estado burguês: ele é capaz de operar simultaneamente com linguagem democrática e prática autoritária. O discurso dos direitos convive com a prática do massacre. O governo Castro representa a face local dessa contradição.

O conservadorismo fluminense também cumpre papel de vanguarda na recomposição ideológica da direita brasileira. Após a derrota eleitoral de 2022, o campo bolsonarista perdeu a capacidade de mobilização nacional, mas manteve forte influência nos estados. No Rio, essa influência se institucionalizou. A aliança entre o Partido Liberal, as forças de segurança e setores religiosos consolidou uma base de poder estável, ancorada na gestão cotidiana do medo. O bolsonarismo, aqui, deixou de ser apenas movimento e tornou-se governo permanente. Castro é o operador desse processo. Do ponto de vista teórico, pode-se afirmar que seu governo expressa a passagem do Estado neoliberal para um Estado securitário-devocional. A racionalidade econômica, centrada na austeridade e na privatização, é reforçada por uma racionalidade moral que reorganiza a hegemonia em torno de valores tradicionais. A fusão dessas duas dimensões – mercado e moral – garante ao regime uma legitimidade paradoxal: promete ordem e espiritualidade num contexto de dissolução social. O Estado não oferece futuro, mas oferece pertencimento. Essa é a fórmula contemporânea do autoritarismo.

Em termos sociológicos, a manutenção desse modelo depende da convergência entre três campos: o econômico, o religioso e o militar. O campo econômico fornece a base material – o rentismo e a especulação; o religioso fornece o sentido – a legitimação moral; e o militar fornece a força – o poder coercitivo. A articulação entre esses elementos explica a estabilidade relativa de governos como o de Castro, mesmo diante de índices elevados de violência e desigualdade. A população, submetida à insegurança cotidiana, tende a apoiar medidas repressivas em nome da autopreservação. O medo se transforma em política. A experiência fluminense mostra, portanto, que o conservadorismo atual não é resquício do passado, mas forma moderna de governar a crise. Ele se apoia em tecnologias avançadas de vigilância, em aparatos midiáticos sofisticados e em discursos religiosos adaptados à era digital. A repressão, longe de ser apenas física, é também simbólica: atua na produção de subjetividades dóceis e conformadas. O resultado é a consolidação de uma cultura política autoritária, que naturaliza a violência e banaliza a desigualdade.

A presença de Cláudio Castro no poder, nesse contexto, expressa a maturidade de um projeto que combina dependência econômica, regressão política e reacionarismo moral. O Rio de Janeiro, por sua posição histórica, serve de vitrine e advertência. A política fluminense antecipa tendências que se expandem nacionalmente: o esvaziamento

das instituições representativas, a militarização da vida cotidiana, a instrumentalização da religião e a fusão entre crime e Estado. O governo atual é, assim, menos uma anomalia e mais um diagnóstico. Concluir que o Estado fluminense cumpre uma função de laboratório não significa reduzir sua complexidade a determinismos locais. Ao contrário, trata-se de reconhecer que o capitalismo dependente brasileiro produz, em diferentes escalas, formas específicas de dominação. No Rio, essas formas se tornam visíveis. A figura de Cláudio Castro, ao articular a administração pública à lógica religiosa e securitária, revela o grau de aprofundamento da crise de hegemonia. A política deixa de ser mediação entre interesses e passa a ser mera gestão da sobrevivência.

O estudo do seu governo permite observar o funcionamento atual do Estado burguês em sua dimensão mais direta. Quando as condições de reprodução do capital se tornam críticas, o Estado intensifica suas funções coercitivas e ideológicas. O conservadorismo, portanto, é funcional à crise. No Rio de Janeiro, essa resposta assume o rosto de um governador que governa com a Bíblia numa mão e o aparato policial na outra. Em síntese, a figura de Cláudio Castro condensa três processos estruturais: a consolidação de uma direita religiosa e moralista como base de massas da ordem, a institucionalização do Estado penal como forma dominante de regulação social e a subordinação completa do poder público aos interesses do capital financeiro e das corporações militares.

A intensificação da violência estatal no Rio de Janeiro, culminando na chamada Operação Contenção, deflagrada em 28 de outubro de 2025, evidencia a consolidação de um modelo de governo baseado na militarização permanente da vida social. O evento, que resultou em centenas de mortes e foi classificado por organizações de direitos humanos como a operação mais letal da história do estado, não pode ser compreendido como episódio isolado. Ele representa o ponto de maturação de um projeto político que articula religião, moral conservadora e repressão como fundamentos da governabilidade. Nesse sentido, o governo de Cláudio Castro constitui um caso paradigmático do processo de reorganização autoritária do Estado burguês em contexto de crise estrutural do capital. A Operação Contenção apenas tornou explícito um padrão de atuação previamente estabelecido: incursões em larga escala, uso de armamento pesado, bloqueio de áreas inteiras e a suspensão fática de direitos constitucionais.

O elemento novo da operação foi o nível de integração entre as forças estaduais e o discurso de defesa nacional. Ao afirmar que o Rio estaria “sozinho nesta guerra” e insinuar a necessidade de apoio das Forças Armadas, Castro procurou elevar o conflito à condição de ameaça à soberania, deslocando o eixo da segurança pública para o campo da segurança nacional. Essa retórica inscreve a política fluminense na tradição latino-americana dos estados de exceção militarizados, nos quais a repressão das classes subalternas é apresentada como defesa da pátria. A aproximação simbólica com as Forças Armadas parte da tentativa de redefinir o estatuto político da repressão. O emprego potencial do Exército em tarefas policiais, mesmo sem a formalização da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), sinaliza o desejo de transformar a exceção em norma. O governo estadual age dentro de uma racionalidade que ultrapassa a dimensão local: ao naturalizar a presença militar no cotidiano urbano, contribui para consolidar um modelo nacional de governo da crise pela força. Do ponto de vista institucional, a Operação Contenção reflete a fusão progressiva entre polícia, exército e capital. O aparato repressivo, tradicionalmente estatal, passa a funcionar segundo lógicas empresariais, alimentando um mercado de segurança que inclui empresas privadas de vigilância, indústrias de armamentos e contratos de tecnologia de monitoramento. A militarização não é apenas política, é também econômica: a violência transforma-se em setor produtivo, integrando o circuito de acumulação capitalista. O Estado assume o papel de mediador entre o capital financeiro e o capital militar, administrando a guerra como negócio.

Nesse contexto, a relação de Castro com as Forças Armadas possui duplo caráter: simbólico e funcional. No plano simbólico, o governador recorre à imagem da autoridade militar como metáfora de ordem e disciplina, elementos centrais de seu discurso moral. A figura do soldado funciona como extensão da figura do fiel — ambos obedientes, abnegados e submissos à hierarquia. No plano funcional, essa aproximação legitima a ampliação de investimentos em armamentos, veículos blindados e novas tecnologias de vigilância, financiadas por fundos públicos e por parcerias privadas. O Estado, sob o pretexto de combater o crime, expande o mercado da repressão. A operação de 2025 também revela o papel do Rio de Janeiro como laboratório político. Historicamente, o estado tem sido campo de experimentação de políticas de segurança e de gestão da pobreza. As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), implantadas a partir de 2008, já haviam testado a ocupação militar de territórios populares com apoio de organismos internacionais e de empresas privadas. A Operação Contenção retoma essa experiência

sob nova roupagem: substitui a retórica da pacificação pela da aniquilação. Se as UPPs prometiam integração social, a nova política assume explicitamente a segregação como método. O que se observa é a transição de um modelo de controle territorial para um modelo de extermínio territorial.

Essa transformação deve ser interpretada à luz da crise do neoliberalismo e da reconfiguração das formas de dominação nas economias dependentes. O esgotamento das políticas de inclusão e o avanço da precarização criam uma massa de trabalhadores supérfluos, cuja existência torna-se disfuncional para o processo de valorização do capital. Diante disso, o Estado desloca sua função: de mediador de conflitos, converte-se em gestor da eliminação social. A violência de Estado não é mais instrumento ocasional, mas política de regulação da força de trabalho excedente. As favelas e periferias, onde se concentra essa população, são tratadas como zonas de sacrifício. A militarização, portanto, cumpre função estrutural. Ela garante a reprodução de um sistema que já não pode prometer progresso, apenas segurança. O autoritarismo religioso de Castro fornece o revestimento moral necessário a esse arranjo. Ao apresentar as operações como "batalhas do bem contra o mal", o governo converte o conflito de classes em conflito espiritual, deslocando a crítica social para o terreno da fé. A barbárie torna-se aceitável porque se disfarça de purificação. O resultado é uma sociedade que legitima a violência em nome da moralidade.

A aproximação entre governo, forças de segurança e segmentos religiosos produz uma nova forma de hegemonia conservadora. Essa hegemonia não se baseia em consenso racional, mas em adesão afetiva. A fé e o medo constituem seus dois pilares: a fé oferece sentido num mundo sem horizonte; o medo garante obediência num mundo sem garantias. Essa combinação explica a relativa estabilidade do governo Castro, mesmo diante das repetidas chacinas e denúncias de corrupção. A violência não ameaça o poder; ela o consolida. A análise da Operação Contenção permite compreender também a relação entre o Estado fluminense e o Estado nacional. O embate entre Castro e o governo federal, em torno da ausência de pedido formal de GLO, expressa a tensão entre dois projetos distintos de gestão da crise. De um lado, a tentativa de recompor a normalidade institucional e reafirmar a autoridade civil; de outro, a consolidação de uma governabilidade baseada na exceção. O Rio de Janeiro opera como ponta avançada do segundo projeto. A retórica de isolamento — "estamos sozinhos nesta guerra" — cumpre

papel político: apresenta o governo estadual como defensor da população abandonada por Brasília, reforçando sua legitimidade junto às classes médias e setores conservadores.

A militarização da política estadual também possui implicações federativas. A criação do "Consórcio da Paz", reunindo governadores de diferentes regiões, indica a intenção de disseminar o modelo fluminense para outros estados. Sob o discurso de integração e cooperação, constrói-se uma rede interestadual de repressão, capaz de articular informações de inteligência, técnicas de vigilância e protocolos de uso da força. O Rio, assim, exporta sua experiência de guerra interna, transformando-a em padrão de governança. Essa difusão reforça o caráter nacional da tendência autoritária, demonstrando que a barbárie não é fenômeno localizado, mas expressão de uma racionalidade estatal em expansão. No plano teórico, a Operação Contenção revela o ponto de fusão entre neoliberalismo e militarismo. A lógica de mercado, que exige desregulamentação e redução de custos sociais, precisa da coerção para garantir a ordem. O Estado neoliberal, em sua fase tardia, torna-se simultaneamente mínimo na proteção e máximo na repressão. A austeridade e o autoritarismo não são contradições, mas complementos. O mesmo governo que reduz investimentos em saúde e educação amplia o orçamento da segurança. O mesmo Estado que prega responsabilidade fiscal financia o aparato militar. Essa é a economia política da violência.

A figura de Cláudio Castro condensa esses processos. Sua combinação de religiosidade carismática, discurso moralista e pragmatismo administrativo oferece a síntese ideológica perfeita para o Estado em crise. A análise empírica das operações recentes mostra que a política de segurança pública do Rio não busca reduzir a criminalidade, mas produzir visibilidade política. Cada incursão é acompanhada de ampla cobertura midiática e de discursos oficiais que reforçam a imagem do governo como guardião da ordem. A morte torna-se performance de poder. O Estado demonstra sua autoridade através da destruição. Essa teatralização da repressão cumpre papel comunicativo fundamental: em tempos de descrença nas instituições, a violência é o único ato estatal que ainda produz efeito de realidade. O tiro substitui o argumento. O vínculo entre repressão e capital aparece também nas relações com empresas de mídia e com o setor de tecnologia. O governo investe em sistemas de câmeras, drones e softwares de reconhecimento facial, frequentemente contratados sem licitação e associados a grandes corporações transnacionais. Essas parcerias demonstram que a militarização do Estado se

articula a um complexo econômico que envolve desde a indústria bélica até a economia de dados. A vigilância converte-se em novo campo de acumulação. O controle da informação, das imagens e das narrativas complementa o controle dos corpos.

A Operação Contenção, ao escancarar o caráter estrutural da violência, revela também o esgotamento das formas tradicionais de oposição. A esquerda institucional, presa à lógica eleitoral e parlamentar, mostra-se incapaz de responder a um Estado que opera pela exceção. As organizações populares, por sua vez, enfrentam repressão crescente e dificuldades de mobilização. O resultado é o predomínio de uma racionalidade autoritária sem contrapeso efetivo. O consenso em torno da "segurança" atravessa classes e ideologias, demonstrando o sucesso do projeto conservador em redefinir o imaginário coletivo. Do ponto de vista histórico, a atual conjuntura repõe a velha aliança entre religião e força, típica dos períodos de transição e crise. A fé fornece legitimidade simbólica à violência, enquanto a violência garante materialidade à fé. Essa simbiose cria uma cultura política na qual a obediência é virtude e a dissidência, pecado. O Estado aparece como instrumento da vontade divina e o governante como intérprete autorizado dessa vontade. Cláudio Castro insere-se nessa tradição.

Em conclusão, a relação entre Castro, as Forças Armadas e a Operação Contenção aponta para a consolidação de uma nova fase do conservadorismo brasileiro. Trata-se de uma forma de poder que não depende mais de rupturas institucionais explícitas, mas da administração contínua da exceção. O Rio de Janeiro cumpre, nesse processo, função exemplar: demonstra como o Estado burguês, diante da inviabilidade de um projeto de desenvolvimento, recorre à violência para manter sua autoridade. A fé e a repressão tornam-se, assim, instrumentos complementares de dominação. O governo de Cláudio Castro, ao militarizar a crise e espiritualizar a violência, oferece ao país uma síntese perversa de seu tempo histórico. A Operação Contenção é o retrato do Estado em sua forma contemporânea; um Estado que governa pela morte, moraliza a desigualdade e transforma a barbárie em método de gestão.

Arthur Moura